



Inocêncio (ao centro, de suspensórios) reúne os líderes: apesar dos "contras", tentativa de votar o regimento

Inocêncio apostava na retomada da revisão após a saída do relator

As lideranças favoráveis à revisão constitucional querem iniciar hoje à tarde a votação do regimento interno da reforma. O principal obstáculo foi superado ontem com a renúncia do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) à relatoria do regimento. O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) acredita em um quorum de 400 parlamentares, suficiente para evitar a obstrução dos 80 contrários à revisão.

Hoje pela manhã Inocêncio, o presidente da revisão, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e as lideranças partidárias se reúnem para decidir o substituto do deputado Ibsen. O PMDB indicou o deputado José Luiz Clerot (PMDB-PB), mas segundo o presidente da Câmara, a indicação depende de aprovação das lideranças. A saída de Ibsen — que está no centro das investigações porque a CPI encontrou cheques do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) para ele — foi discutida ontem em uma reunião na residência do deputado Inocêncio.

No almoço, com mais de 30 parlamentares, predominou um clima de constrangimento. A saída de Ibsen era dada como inevitável para a continuidade da revisão. Os líderes colocaram a ques-

tão como uma decisão pessoal do relator, pressionando indiretamente sua renúncia. "Deixo a relatoria para que não seja pretexto do caminho da revisão", disse Ibsen. "Esta é uma situação perfeitamente compreensível do ponto de vista político e a relatoria foi uma delegação do partido".

Pauta mínima — Além da renúncia de Ibsen, as lideranças discutiram ontem no almoço com Inocêncio, a viabilidade de uma agenda mínima da revisão para a aproximação com os contras. Foi designada uma comissão, formada por parlamentares do PSDB, PFL, PMDB e PPR para conversar com o líder do PT, deputado Vladimir Palmeira (RJ), que tinha proposto uma trégua de uma semana para discutir a revisão. À tarde, entretanto, a bancada petista decidiu não votar nada referente à reforma antes da punição dos culpados.

Para Vladimir, não há como contornar a participação dos que estão sob suspeita na votação da revisão. "Não adianta apenas tirar o Ibsen ou o Lucena, pois os que ainda estão sob suspeita continuaram votando", afirma. "Regimentalmente não há como impedir a votação deles, porque se não estariam prejudicando e outros nomes poderão surgir com o decorrer das investigações da

CPI", completou.

Na reunião de ontem à noite, as discussões com o PT não avançaram. "Há um embaraço, pois o PT só quer votar depois da punição e nós queremos votar os procedimentos já", explicou o presidente do PPR, senador Esperidião Amim (SC). Ele sugere, entre outras coisas, o aumento do prazo para a apresentação de emendas constitucionais. "Só votaríamos o mérito em janeiro". Amim acredita que é possível a negociação de uma agenda mínima. "Os contras vão sentar para negociar depois de aprovado o regimento".

Ajuste Fiscal — As lideranças favoráveis conseguiram ontem um primeiro avanço nas negociações com os contras, em relação ao PDT. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) garante que o partido aceitou a realização da revisão se for discutida apenas a reforma fiscal. O PT e o PC do B, entretanto, não aceitam esta proposta. "Se o Governo quiser fazer o ajuste fiscal, deve mandar uma emenda, que nós examinaremos", afirma o líder do PC do B, deputado Aldo Rebelo (SP). "Não há clima para a revisão e se eles insistirem partiremos para uma carnificina em plenário, denunciando o envolvimento na corrupção e cobrando a legitimidade da participação".